







## OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA FRENTE AOS CONFLITOS SÓCIO AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA OXÓSSI DA RIBEIRA, JAMBUAÇU-MOJU/PA



*THE CHALLENGES OF THE QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATIONAL IN THE FACE OF SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE QUILOMBOLA TERRITORY OXÓSSI DA RIBEIRA, IN JAMBUAÇU-MOJU/PA*

Cássio Rogério Graças dos Santos  

Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural – PPGDS/Museu Goeldi

Maria Albenize Farias Malcher  

Instituto Federal do Pará-IFPA

Mayany Soares Salgado  

Secretaria Municipal De Educação – SEMEC-MOJU/PA

**Resumo:** O presente artigo aponta questões acerca da educação escolar quilombola (Resolução 08/2012 – CNE/CEB) e seus desafios de implementação da Educação Escolar Quilombola e seus impactos frente aos conflitos socioambientais no Território Quilombola Oxóssi da Ribeira, Jambuaçu-Moju/PA. Como objetivo principal, procura-se compreender trabalham em suas práticas educativas os conflitos socioambientais no contexto da Educação Escolar Quilombola. Como metodologia, foi realizado uma exaustiva consulta bibliográfica sobre o assunto tratado, com a finalidade de elucidar questões pertinentes ao tema, bem como visita a campo para entrevistas e o convívio com a comunidade. Como resultado, constatou-se que os professores entrevistados vivenciam conflitos por não serem quilombolas, porém, se dedicam a educação quilombola com o viés de valorização da identidade cultural e enfatizando as lutas sociais em torno da terra e do território e a defesa contra a opressão.

**Palavras-chave:** Educação escolar Quilombola; Conflitos socioambientais; Racismo ambiental; Práticas educacionais.

**Abstract:** This article raises questions about quilombola school education (Resolution 08/2012 – CNE/CEB) and its challenges in implementing Quilombola School Education and its impacts on socio-environmental conflicts in the Oxóssi da Ribeira Quilombola Territory, Jambuaçu-Moju/PA. The main objective is to understand how socio-environmental conflicts are addressed in their educational practices in the context of Quilombola School Education. The methodology used was an exhaustive bibliographical consultation on the subject in order to elucidate issues relevant to the theme, as well as a field visit for interviews and interaction with the community. As a result, it was found that the teachers interviewed experience conflicts because they are not quilombolas, but they dedicate themselves to quilombola education with a bias towards valuing cultural identity and emphasizing social struggles around land and territory and the defense against oppression.

**Keywords:** Quilombola School Education; Social Environmental Conflicts; Environmental Racism; Educational Practices.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de estudos, discussões e pesquisa desenvolvidos no contexto do Curso de Especialização em Educação Para Relações Étnico-raciais, do Instituto Federal do Pará-IFPA, Campus Belém. Dessa forma, acredita-se que a educação é um instrumento de luta contra a opressão, injustiças e a constituição de cidadãos plenos com direitos. Por essa razão, a Educação Escolar Quilombola torna-se importante, pois é fruto da luta contra o apagamento histórico e cotidiano da população negra e sua cultura. Essa luta ainda persiste, já que a luta pela permanência no território é constante frente ao agronegócio e outros empreendimentos que por vezes se tornam uma ameaça a esses territórios, neste caso, o quilombola.

A educação escolar quilombola, estimula o protagonismo desses territórios e almeja garantir a valorização da cultura negra e quilombola desde a reforma educacional iniciada na década de 1990, como a lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Portanto, a reivindicação de uma educação com suas especificidades surge no bojo do Movimento Negro, que acreditavam em educação fora dos padrões eurocêntricos e urbanocêntricos. Isso ganha força a partir de 2003, com a promulgação das Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e Resolução 08/2012 CNE/CEB.

Na Amazônia, os conflitos entre populações tradicionais, quilombolas, indígenas e ribeirinhos se processam com intensidade desde a década de 1960, quando a região é “integrada” ao restante do país por estradas que trouxeram, de acordo com pensamento desenvolvimentista da época da Ditadura Militar, o progresso, a segurança nacional, as integrações desejadas eram apenas econômicas, a região vista apenas como uma fonte de recursos a ser explorada pelo país e pelo capital externo. Diante disso, os conflitos pela posse da terra geraram mortes de lideranças e de pessoas que resistiram, destruição ambiental, apagamento da cultura e da ancestralidade, bem como sofreram com as consequências do racismo ambiental. Contudo, é prescindível que a educação compreenda esses conflitos e a partir disso, suas práticas educativas sejam transformadoras em prol da defesa da terra.

O objetivo deste trabalho é compreender como os professores trabalham em suas práticas educativas os conflitos socioambientais e a cultura negra no contexto da Educação Escolar Quilombola. Como objetivos específicos, identificar as principais características da Educação Escolar Quilombola, entender os conflitos socioambientais do Quilombo do Jambuaçu, analisar as práticas dos professores dentro da comunidade Oxóssi da Ribeira.

Como metodologia, utilizou-se uma pesquisa exploratória, de acordo com Gil (2017), de dados e informações em referências bibliográficas sobre o assunto pesquisado, livros, artigos científicos, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de cursos e a legislação concernente a Educação Quilombola, quilombos, descrição da área de estudo, os conflitos socioterritoriais. Realizou-se a pesquisa de campo, realizadas nos meses de setembro e novembro de 2024, com entrevistas orais, semiestruturadas, assim como a convivência na comunidade e acompanhamento de algumas aulas, criando assim laços de confiança entre o pesquisador que é de fora da comunidade, e a comunidade propriamente dita, entendendo a pesquisa necessita de um rigor, porém, não deve ser rigorosa (Oliveira, 2008). As entrevistas contaram com 4 professores da educação básica, no entanto, apenas dois professores foram utilizados nessa pesquisa, pelo teor das informações e possuir mais detalhes das suas formas de trabalho em sala de aula. Atribui-se a denominação de Professor A e professora B, seguindo as ordens das entrevistas, sendo que nenhum professor é residente da comunidade, e ambos são formados em Geografia pela Universidade Federal do Pará e atuam no fundamental, anos finais, que são do 6º ao 9º ano, pois os assuntos abordados são mais pertinentes para esse estudo. Por fim, a realização da análise das entrevistas e a formulação e redação do trabalho final.

O artigo está estruturado na seguinte forma; primeira seção retrata os marcos políticos de Educação Escolar Quilombola, o histórico de luta e suas principais características; na próxima seção, o resgate histórico da presença de escravizados negros na Amazônia e a conceituação de quilombos, partido do quilombo como lugar de luta e resistência do povo negro, de reprodução cultural e social; os conflitos socioambientais são descritos na seção seguinte, além da discussão sobre racismo ambiental, realizada de maneira breve e por fim, a análise das práticas dos professores em sala de aula, finalizando com as considerações finais.

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA**

A educação é um direito fundamental de toda população brasileira, prevista no artigo 6º da Constituição de 1988, sendo um direito fundamental, ainda é perceptível o número de pessoas que não foram escolarizadas, de acordo com Censo Demográfico de 2022, 11, 4 milhões de pessoas com a idade de 15 anos ou mais, não sabem ler e escrever, totalizando 7% da população brasileira. Por essa razão, a reivindicação por uma educação de qualidade, que atinja todas as parcelas da população é importante e faz presente na atualidade, dessa forma, a educação quilombola, é fruto dessa luta dos movimentos sociais e principalmente do

Movimento Negro, que ao longo dos anos busca o protagonismo negros, a luta antirracista, acesso e permanência nas instituições de ensino e melhoria da sua qualidade de vida, “a luta pela educação, é correlata da luta pela terra” (Brito; Santos; Matos, 2020, p. 430).

Alguns marcos são importantes para o desenvolvimento da a educação quilombola, sendo o ano de 2003 com a Lei 10.639/2003, que trata a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana na Educação Básica. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), é criada em 23 de março de 2003, com a função de atender as demandas e anseios da população negra brasileira. No mesmo ano é sancionado o Decreto n. 4.887 que regulariza o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titularização de território quilombola.

No ano de 2004, o Ministério da Educação (MEC), cria a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), criada para o desenvolvimento, valorização das diferenças, promovendo “a educação inclusiva, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental” (Brito; Santos; Matos, 2020, p. 432). Em 2009, a Educação Escolar Quilombola ganha destaque a partir de discussões em torno da necessidade de uma educação diferenciada, no entanto, apenas em 2012, vira modalidade com a Conferência Nacional de Educação. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação Básica (DCN), foram definidas através da Resolução n. 04 de 13 de julho de 2010 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), onde tem-se o artigo 41 que diz:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (Brasil, 2010, p. 13)

A Educação Quilombola, segundo Malcher (2023), é valorativa, reparadora e relevante, pois a população quilombola resistiu de diversas formas até chegar no momento atual, entre as estratégias, suas formas de lutas são importantes, para se pensar em novas estratégias de desenvolvimento, diferentes daqueles impostos pelo Estado e pelo capital para a região amazônica. A Educação Quilombola é contra hegemônica, onde a resistência, ao modelo predatório é diário, estabelecendo assim a resistências e cooperação. Onde a tradição é usada como fundamento legal para a aquisição de direitos.

A escola quilombola possui a função de reconhecimento do território, segundo Colares (2023) e da identidade quilombola, construído nos processos de valorização da ancestralidade, luta e resistência, mobilizando o uso dos saberes locais. A Educação Quilombola deve partir da vivência, da percepção do território, da paisagem e das identidades, com os conteúdos estabelecidos e os elementos culturais, simbólicos e materiais da comunidade. Sendo os conteúdos próximos dos modos de produção da comunidade.

Outro aspecto relevante, é a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, devendo ser construído de maneira coletiva e autônoma, devendo fortalecer a participação de todos os seguimentos escolares, assim, a comunidade quilombola, assume o protagonismo do processo. O ambiente onde a escola está inserida é importante e deve ser levado em consideração na elaboração do PPP. Outro elemento importante, presente nas escolas é o currículo, sabe-se que o currículo escolar é racialmente enviesado, logo, o currículo, é entendido como um Documento de Identidade (Silva, 2022), por essa razão, a identidade vai além da etnia e social, mas sim uma questão de poder.

A comunidade quilombola deve lutar pela perspectiva crítica do currículo, que busca o fim do racismo com o combate à discriminação racial e em todas as instâncias da vida. Compreendendo a diversidade como fruto de vários processos históricos e discursivos, ou seja, é necessário que sempre haja o questionamento sobre os mecanismos, as causas, o discurso, as atitudes individuais e institucionalização do racismo.

## **A PRESENÇA AFRICANA E A FORMAÇÃO DE QUILOMBOS**

A população negra foi inserida na Amazônia paraense a partir do século XVIII, no período pombalino, de 1750 até 1777, quando o Rei Dom José I, rei de Portugal, confiou a Sebastião José de Carvalho Melo, o Marques de Pombal, o cargo de Primeiro Ministro Português ao Estado do Grão-Pará-Maranhão. A chegada de negros escravizados, foi impulsionada pela criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O objetivo era suprir a falta de mão de obra escrava para as monoculturas instaladas na foz do rio Amazonas (Urbano, 2021).

A presença da população negra se intensifica a partir de 1755, com aproximadamente 50 mil africanos sob a condição de escravos, sendo grande contingente para a ilha do Marajó, onde ocupavam postos de trabalhos na lavoura, criação de gado e a pesca (Sales, 1971). Os grupos que chegaram no Pará, foram os Bantos e da guiné, sendo bem diversos. Porém, muitos

escravizados permaneceram em Belém, trabalhando como escravos de ganho, realizando trabalhos importantes na construção de prédios públicos como o Palácio Antônio Lemos, igrejas, realizando trabalho de saneamento e artísticos como esculturas do interior da Igreja de Santo Alexandre em Belém, muitos outros serviços arquitetônicos (Silva; Barbosa, 2020).

Segundo Urbano (2021), a população escravizada possuía o ideal de liberdade, desse fato, fez com que se aproximassem da Cabanagem, revolta popular que aconteceu no Pará entre os anos de 1835 até 1840, que tinha por objetivo a tomada de poder do território que com a pertença a Coroa Portuguesa. No entanto, com a chegada dos cabanos ao poder, não houve a abolição da escravatura, mas a luta continuou com a fuga dos escravizados ao longo da calha dos rios e pela floresta por todo o estado. A fuga dos escravizados sempre foi constante, chegavam as aldeias indígenas e permanecia, ou então continuavam a fuga até chegarem em um sítio considerado seguro.

A formação dos quilombos deve ser entendida, para Moura (2020), uma luta de classes, os escravizados lutam pela liberdade, para produzir e reproduzir socialmente, culturalmente e economicamente, por essa razão, a apropriação da terra é social, cultural e identitária. A Constituição de 1988, no Art. 68, assegura sobre as garantias da posse da terra para os remanescentes de quilombolas e “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras [que] é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988). Sendo de suma importância para tais populações que vivem nessas terras por décadas e possuem na terra os valores ancestrais, conhecimento ecológico e pertencimento, a terra não possui valor de troca, mas sim valor de uso, onde o produzir/reproduzir seu modo de vida é o mais importante.

No Pará devido as lutas dos movimentos sociais, o estado possui 60 territórios quilombolas, titulados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), observa-se os avanços e as conquistas do povo quilombola. A fundação Palmares caracteriza os remanescentes de quilombolas como um grupo étnico-raciais, grupos que possuem relações territoriais específicas, com uma história própria e que tem fortes laços com a ancestralidade negra, ainda a resistência ao regime escravista no passado, e hoje a opressão contra o capital (Brasil, 2003). Com isso, percebe-se que os laços com a terra, com o passado de luta e resistência e a ancestralidade, são características marcantes do povo quilombola.

Os quilombos surgiram da luta contra o regime violento de opressão, sendo uma forma de luta e resistência, se expandido por todo o território nacional. Segundo Moura (2020), as revoltas de escravizados e as fugas tinham o potencial de desgastar o regime escravista, no

entanto, sofriam a repressão forte, podendo ter seus corpos mutilados, sofrer violência física e sexual e gravados com a letra “F” de fujão, eram tratados como um objeto, um bem, igual um gado. Mas as lutas permaneciam fortes, onde muitos escravizados, no processo de fuga, se uniam com outros povos oprimidos, como indígenas e os brancos pobres, alforriados e mestiços, sendo uma estratégia importante para o desenvolvimento e a manutenção do quilombo, formando, assim, verdadeiras alianças e laços.

Segundo os estudos de Nascimento (2021), os quilombos fazem alusão a liberdade, sua afirmação, história e cultura. Na literatura sobre os quilombos, até a década de 1970, eram descritos de forma pejorativa e estereotipada, onde seus moradores eram vistos como primitivos, sendo a fuga uma forma de fugir do trabalho, não é à toa que o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, no dia 05 de abril de 2017, na sede da Hebraica, até então candidato à presidência, se referia ao povo quilombola como preguiçosos e os comparando com gado. Assim, a fuga, era resistência e formar novas frentes de luta, junto com os seus, lutando pela liberdade.

O quilombo, após a abolição muda de configuração, antes era ilegal, espaço que poderia ser atacado e a população residente poderia ser facilmente reconhecida, um território que poderia sofrer repressão. Com a libertação dos escravizados, o quilombo se transforma em um território livre, com a população podendo viver ali na legalidade, no entanto, ainda permanecendo como símbolo de resistência e enfrentamento da sociedade atual Nascimento (2021). “Quilombo é memória, é história, é ser, assim nós o entendemos na década de 1970. Era o nosso lema para a recuperação de nossa identidade, de nossa ancestralidade, de ser no mundo adverso.” (Nascimento, 2021, p. 241).

O território quilombola possui as dimensões material e imaterial, pode ser considerada uma comunidade negra rural. A territorialidade negra é o sentimento de pertencimento à uma determinada comunidade, seus modos de vida, seus direitos territoriais garantidos, mantendo seus traços culturais, cultivando a terra, pois “não há um estranhamento, uma relação de dominação do ser humano sobre a terra, o que vigora é uma relação de completude que ao cultivar a terra o ser negro cultiva a si mesmo” (Malcher, 2017, p. 41).

A territorialidade das comunidades quilombolas, passa o apego e valorizam o território e sempre tentam manter essa relação, esse apreço tem como ponto de partida a apropriação da terra para a sua produção e reprodução social e cultural, pois está ligada de como esses grupos utilizam a terra, suas relações simbólicas, a própria ancestralidade, ou seja, as ações que utilizam o território para sua constituição enquanto sujeito quilombola. O conceito de quilombo,

passa por diversas mudanças ao longo do tempo, podendo até mesmo desqualificada ou qualificar um quilombo como os seus moradores, por essa razão, há a valorização identitária como um lugar fraterno, e não de pessoas fugitivas, preguiçosas e que não gostam de trabalhar.

Os quilombos na Amazônia, como no restante do país se constituíram como sinônimo de luta e resistência, sendo territórios cobiçados pelo capital, onde procuram impor suas demandas de lucro, visualizando a terra apenas como valor de troca, uma mercadoria, cujo recursos podem ser explorados e gerar lucros, sem consideração com quem habita tais territórios por décadas. Lutar e resistir é a ordem de comando, lutando pelos seus direitos e serem ouvidos, já que durante muito tempo foram silenciados, com tentativa de apagamento da história. E uma das ferramentas, para lutar contra o silenciamento e o apagamento é a educação de qualidade, com suas características próprias, levando o protagonismo negro em sua essência.

## EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A educação é um direito fundamental de toda população brasileira, prevista no artigo 6º da Constituição de 1988, sendo um direito fundamental, ainda é perceptível o número de pessoas que não foram escolarizadas, de acordo com Censo Demográfico de 2022, 11, 4 milhões de pessoas com a idade de 15 anos ou mais, não sabem ler e escrever, totalizando 7% da população brasileira. Por essa razão, a reivindicação por uma educação de qualidade, que atinja todas as parcelas da população é importante e faz presente na atualidade, dessa forma, a educação quilombola, é fruto dessa luta dos movimentos sociais e principalmente do Movimento Negro, que ao longo dos anos busca o protagonismo negro, a luta antirracista, acesso e permanência nas instituições de ensino e melhoria da sua qualidade de vida, “a luta pela educação, é correlata da luta pela terra” (Brito; Santos; Matos, 2020, p. 430).

Alguns marcos são importantes para o desenvolvimento da a educação quilombola, sendo o ano de 2003 com a Lei 10.639/2003, que trata a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana na Educação Básica. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), é criada em 23 de março de 2003, com a função de atender as demandas e anseios da população negra brasileira. No mesmo ano é sancionado o Decreto n. 4.887 que regulariza o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titularização de território quilombola.

No ano de 2004, o Ministério da Educação (MEC), cria a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), criada para o desenvolvimento,

valorização das diferenças, promovendo “a educação inclusiva, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental” (Brito; Santos; Matos, 2020, p. 432). Em 2009, a Educação Escolar Quilombola ganha destaque a partir de discussões em torno da necessidade de uma educação diferenciada, no entanto, apenas em 2012, vira modalidade com a Conferência Nacional de Educação. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação Básica (DCN), foram definidas através da Resolução n. 04 de 13 de julho de 2010 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), onde tem-se o artigo 41 que diz:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (Brasil, 2010, p. 13)

A Educação Quilombola, segundo Malcher (2023), é valorativa, reparadora e relevante, pois a população quilombola resistiu de diversas formas até chegar no momento atual, entre as estratégias, suas formas de lutas são importantes, para se pensar em novas estratégias de desenvolvimento, diferentes daqueles impostos pelo Estado e pelo capital para a região amazônica. A Educação Quilombola é contra hegemônica, onde a resistência, ao modelo predatório é diário, estabelecendo assim a resistências e cooperação. Onde a tradição é usada como fundamento legal para a aquisição de direitos.

A escola quilombola possui a função de reconhecimento do território, segundo Colares (2023) e da identidade quilombola, construído nos processos de valorização da ancestralidade, luta e resistência, mobilizando o uso dos saberes locais. A Educação Quilombola deve partir da vivência, da percepção do território, da paisagem e das identidades, com os conteúdos estabelecidos e os elementos culturais, simbólicos e materiais da comunidade. Sendo os conteúdos próximos dos modos de produção da comunidade.

Outro aspecto relevante, é a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, devendo ser construído de maneira coletiva e autônoma, devendo fortalecer a participação de todos os seguimentos escolares, assim, a comunidade quilombola, assume o protagonismo do processo. O ambiente onde a escola está inserida é importante e deve ser levado em consideração na elaboração do PPP. Outro elemento importante, presente nas escolas é o currículo, sabe-se que o currículo escolar é racialmente enviesado, logo, o currículo, é entendido

como um Documento de Identidade (Silva, 2022), por essa razão, a identidade vai além da etnia e social, mas sim uma questão de poder.

A comunidade quilombola deve lutar pela perspectiva crítica do currículo, que busca o fim do racismo com o combate à discriminação racial e em todas as instâncias da vida. Compreendendo a diversidade como fruto de vários processos históricos e discursivos, ou seja, é necessário que sempre haja o questionamento sobre os mecanismos, as causas, o discurso, as atitudes individuais e institucionalização do racismo.

### **A PRESENÇA AFRICANA E A FORMAÇÃO DE QUILOMBOS**

A população negra foi inserida na Amazônia paraense a partir do século XVIII, no período pombalino, de 1750 até 1777, quando o Rei Dom José I, rei de Portugal, confiou a Sebastião José de Carvalho Melo, o Marquês de Pombal, o cargo de Primeiro Ministro Português ao Estado do Grão-Pará-Maranhão. A chegada de negros escravizados, foi impulsionada pela criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O objetivo era suprir a falta de mão de obra escrava para as monoculturas instaladas na foz do rio Amazonas (Urbano, 2021).

A presença da população negra se intensifica a partir de 1755, com aproximadamente 50 mil africanos sob a condição de escravos, sendo grande contingente para a ilha do Marajó, onde ocupavam postos de trabalhos na lavoura, criação de gado e a pesca (Sales, 1971). Os grupos que chegaram no Pará, foram os Bantos e da guiné, sendo bem diversos. Porém, muitos escravizados permaneceram em Belém, trabalhando como escravos de ganho, realizando trabalhos importantes na construção de prédios públicos como o Palácio Antônio Lemos, igrejas, realizando trabalho de saneamento e artísticos como esculturas do interior da Igreja de Santo Alexandre em Belém, muitos outros serviços arquitetônicos (Silva; Barbosa, 2020).

Segundo Urbano (2021), a população escravizada possuía o ideal de liberdade, desse fato, fez com que se aproximassem da Cabanagem, revolta popular que aconteceu no Pará entre os anos de 1835 até 1840, que tinha por objetivo a tomada de poder do território que com a pertença a Coroa Portuguesa. No entanto, com a chegada dos cabanos ao poder, não houve a abolição da escravatura, mas a luta continuou com a fuga dos escravizados ao longo da calha dos rios e pela floresta por todo o estado. A fuga dos escravizados sempre foi constante, chegavam as aldeias indígenas e permanecia, ou então continuavam a fuga até chegarem em um sítio considerado seguro.

A formação dos quilombos deve ser entendida, para Moura (2020), uma luta de classes, os escravizados lutam pela liberdade, para produzir e reproduzir socialmente, culturalmente e economicamente, por essa razão, a apropriação da terra é social, cultural e identitária. A Constituição de 1988, no Art. 68, assegura sobre as garantias da posse da terra para os remanescentes de quilombolas e “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras [que] é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988). Sendo de suma importância para tais populações que vivem nessas terras por décadas e possuem na terra os valores ancestrais, conhecimento ecológico e pertencimento, a terra não possui valor de troca, mas sim valor de uso, onde o produzir/reproduzir seu modo de vida é o mais importante.

No Pará devido as lutas dos movimentos sociais, o estado possui 60 territórios quilombolas, titulados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), observa-se os avanços e as conquistas do povo quilombola. A fundação Palmares caracteriza os remanescentes de quilombolas como um grupo étnico-raciais, grupos que possuem relações territoriais específicas, com uma história própria e que tem fortes laços com a ancestralidade negra, ainda a resistência ao regime escravista no passado, e hoje a opressão contra o capital (Brasil, 2003). Com isso, percebe-se que os laços com a terra, com o passado de luta e resistência e a ancestralidade, são características marcantes do povo quilombola.

Os quilombos surgiram da luta contra o regime violento de opressão, sendo uma forma de luta e resistência, se expandido por todo o território nacional. Segundo Moura (2020), as revoltas de escravizados e as fugas tinham o potencial de desgastar o regime escravista, no entanto, sofriam a repressão forte, podendo ter seus corpos mutilados, sofrer violência física e sexual e gravados com a letra “F” de fujão, eram tratados como um objeto, um bem, igual um gado. Mas as lutas permaneciam fortes, onde muitos escravizados, no processo de fuga, se uniam com outros povos oprimidos, como indígenas e os brancos pobres, alforriados e mestiços, sendo uma estratégia importante para o desenvolvimento e a manutenção do quilombo, formando, assim, verdadeiras alianças e laços.

Segundo os estudos de Nascimento (2021), os quilombos fazem alusão a liberdade, sua afirmação, história e cultura. Na literatura sobre os quilombos, até a década de 1970, eram descritos de forma pejorativa e estereotipada, onde seus moradores eram vistos como primitivos, sendo a fuga uma forma de fugir do trabalho, não é à toa que o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, no dia 05 de abril de 2017, na sede da Hebraica, até então candidato à presidência, se referia ao povo quilombola como preguiçosos e os comparando com gado.

Assim, a fuga, era resistência e formar novas frentes de luta, junto com os seus, lutando pela liberdade.

O quilombo, após a abolição muda de configuração, antes era ilegal, espaço que poderia ser atacado e a população residente poderia ser facilmente reconhecida, um território que poderia sofrer repressão. Com a libertação dos escravizados, o quilombo se transforma em um território livre, com a população podendo viver ali na legalidade, no entanto, ainda permanecendo como símbolo de resistência e enfrentamento da sociedade atual Nascimento (2021). “Quilombo é memória, é história, é ser, assim nós o entendemos na década de 1970. Era o nosso lema para a recuperação de nossa identidade, de nossa ancestralidade, de ser no mundo adverso.” (Nascimento, 2021, p. 241).

O território quilombola possui as dimensões material e imaterial, pode ser considerada uma comunidade negra rural. A territorialidade negra é o sentimento de pertencimento à uma determinada comunidade, seus modos de vida, seus direitos territoriais garantidos, mantendo seus traços culturais, cultivando a terra, pois “não há um estranhamento, uma relação de dominação do ser humano sobre a terra, o que vigora é uma relação de completude que ao cultivar a terra o ser negro cultiva a si mesmo” (Malcher, 2017, p. 41).

A territorialidade das comunidades quilombolas, passa o apego e valorizam o território e sempre tentam manter essa relação, esse apreço tem como ponto de partida a apropriação da terra para a sua produção e reprodução social e cultural, pois está ligada de como esses grupos utilizam a terra, suas relações simbólicas, a própria ancestralidade, ou seja, as ações que utilizam o território para sua constituição enquanto sujeito quilombola. O conceito de quilombo, passa por diversas mudanças ao longo do tempo, podendo até mesmo desqualificada ou qualificar um quilombo como os seus moradores, por essa razão, há a valorização identitária como um lugar fraterno, e não de pessoas fugitivas, preguiçosas e que não gostam de trabalhar.

Os quilombos na Amazônia, como no restante do país se constituíram como sinônimo de luta e resistência, sendo territórios cobiçados pelo capital, onde procuram impor suas demandas de lucro, visualizando a terra apenas como valor de troca, uma mercadoria, cujo recursos podem ser explorados e gerar lucros, sem consideração com quem habita tais territórios por décadas. Lutar e resistir é a ordem de comando, lutando pelos seus direitos e serem ouvidos, já que durante muito tempo foram silenciados, com tentativa de apagamento da história. E uma das ferramentas, para lutar contra o silenciamento e o apagamento é a educação de qualidade, com suas características próprias, levando o protagonismo negro em sua essência.

## CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E O RACISMO AMBIENTAL

A partir da década de 1960, a região amazônica passou por diversos conflitos agrários, principalmente com chegada dos militares ao poder (1964 até 1985). Um dos processos que culminaram para a deflagração da violência no campo, foram as grilagens de terra, ocorridas pelo fato propagandeado pelo então governo brasileiro que a Amazônia era um vazio demográfico. Os conflitos ocorriam devido as políticas desenvolvimentistas, de segurança nacional e a modernização do campo, culminando com a entrada de empresas transnacionais atuando na frente de exploração de minérios, empresas agroextrativistas, amparadas pelo Estado, criando infraestruturas e com os incentivos fiscais.

Atualmente as políticas de Estado para a Amazônia continuam nessa perspectiva de produção de *commodities* agrícolas, sem nenhum valor agregado, uma típica economia neoliberal, cujo modelo desenvolvimentista de décadas atrás ainda permanece. O município de Moju, nordeste paraense, possui inúmeros empreendimentos que exploram os recursos de territórios e comunidades quilombolas em nome do desenvolvimento e do progresso sob a ótica da economia neoliberal. Devido a isso, as comunidades quilombolas e os povos indígenas lutam por seus direitos e a terra é um deles, lutam por cidadania, terra, educação e o bem viver, pois tais empreendimentos deixam apenas a degradação ambiental, mortes de lideranças e de pessoas que se opõe aos projetos e as empresas, tudo em nome do lucro que para as grandes empresas.

O município de Moju, pode ser regionalizado de acordo com as referências do curso, os aspectos hidrológicos da bacia hidrográfica do rio que dá o nome ao município em Baixo, Médio e Alto Moju. Há produção de açaí, castanha do Pará e pupunha. Além disso há a produção de coco, com a empresa Sócoco e para a monocultura do dendê com as empresas Marboges e Agropalma. O território do Moju é na dinâmica da produção para subsistência de comunidades tradicionais como quilombolas, ribeirinhos, indígenas e o consumo de bens para a sede do município e também, está inserido para a produção de *commodities* para o mercado internacional.

É nessa realidade rural do município que se situa o Território Quilombola de Jambuaçu, composto por 15 comunidades com terras tituladas e certificadas pela Fundação Palmares: São Manoel, Oxalá de Jacunday, Conceição do Mirindeua, Oxóssi da Ribeira, Santa Ana do baixo, Santa Maria do Mirindeua, Santo Cristo, São Bernardino, Vila nova, Centro ouro, Nossa Senhora das Graças do Traquateua, Santa Maria do Traquateua, São Sebastião e Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê. (Salgado; Salgado; Santos, 2023, p. 1218).

Desde a década de 1980, o território do Jambuaçu passa por conflitos contra as empresas de mineração e agroextrativistas, como a empresa, como a empresa Reflorestamento Amazônia Sociedade Anônima (REASA), que desejava se apropriar das terras para o cultivo de dendê. A empresa MARBOGES Agroindústria S/A assumiu as ações da REASA para aumentar a capacidade de produção do dendê, com isso se apropriando e invadindo as terras do território quilombola. Já nos anos 2000 a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD, implanta o mineroduto de bauxita, como consequência, o território quilombola perdeu vários hectares de terras, havendo nesse período inúmeras resistências das comunidades.

Os conflitos no Quilombo do Jamboáçu estão relacionados com a construção de minerodutos que transportam bauxita e caulim das Empresa Hydro e da Empresa Imerys, respectivamente. Os recursos transportados são extraídos do município de Paragominas e percorrem cerca de 244 km até o município de Barcarena, onde há o beneficiamento e a exportação pelo Porto de vila do Conde para o exterior. Há ainda a previsão de construção de outro mineroduto com impactos ambientais tais como:

A atuação dessas empresas na construção de toda a infraestrutura para o transporte desses minérios, tem causado uma série de impactos ao longo desses anos, vazamento de resíduos minerais no Rio Jambuaçu, desmatamento, perda da mata ciliar, conflitos fundiários, assoreamento do rio e atualmente tem sido intensificado em função do intenso tráfego de caminhões e carretas de alto porte, que tem causado danos na estrutura das casas dos quilombolas, barulho e poeira intensos (Salgado; Salgado; Santos, 2023, p. 1219).

Já o agronegócio modifica as relações de produção e trabalho dentro dos territórios quilombolas, pois há a perda de espaço e tempo para a produção de bens e serviços para as comunidades, para o sustento e sua reprodução social, devido ao uso do solo para a produção de *commodities* como dendê. Portanto, os homens e mulheres saem de suas comunidades para buscarem serviços nas fazendas ou nas indústrias de beneficiamento do dendê. Segundo Souza, Cardoso, Peniche (2024) o Pará corresponde com cerca de 83% da produção nacional do dendê.

Ainda há o projeto de implementação do linhão (linha de transmissão elétrica) que liga os municípios de Tucuruí e Marituba, atingindo 21 comunidades, que já está sendo construídos. As comunidades quilombolas receberam pronto o Estudo de Impactos Ambiental sem nenhuma consulta prévia, e os impactos são a perda de território, acesso restrito aos igarapés e mananciais, desmatamento, risco de acidentes elétrico, dentre outros, desregulando o modo de vida das populações que estarão próximos a construção do linhão. No entanto, foi solicitado

outro estudo pelas comunidades atingidas, porém, sem nenhuma resposta até então (Souza; Cardoso; Peniche, 2024).

Diante do exposto sobre os conflitos socioambientais em Moju, pode-se analisar a partir da ótica do racismo Ambiental, sendo considerado para Montezuma (2023) uma Injustiça Ambiental, os riscos ambientais ocorrem de forma desproporcional às populações com poucos recursos financeiros, políticos e informacionais. Com isso, o tratamento diferente é ofertado a determinadas áreas geográficas com a presença de determinado de grupos sociais, de cor/raça, etnia diferentes do padrão da branquitude. O poder público tem o importante papel de regular e legitimar de forma assimétrica os bens e os serviços prestados a população, levando em consideração a classe social, grupos raciais e étnicos, sendo que determinadas áreas receberão prioridade e qualidade de serviços, outras não.

O Estado é legitimador do racismo ambiental, pois o mesmo produz e opera para as desigualdades ambientais, a segregação socioespacial, com a limitação e controle da circulação de pessoas. Além disso, o capital valoriza a área e o Estado cria mecanismos para a exclusão da população que ali desenvolve seus modos de vida e os custos ambientais são sofridos pelas minorias étnicas. Os grupos que são vítimas do racismo ambiental são: 33,67% de indígenas; 31,99% agricultores familiares e 21,55% são quilombolas “várias dessas comunidades se autoidentificam como pertencentes a mais de um grupo e sobre elas podem incidir mais de um tipo de conflito, dano ambiental e injustiças ambientais” (Montezuma, 2023, p.22).

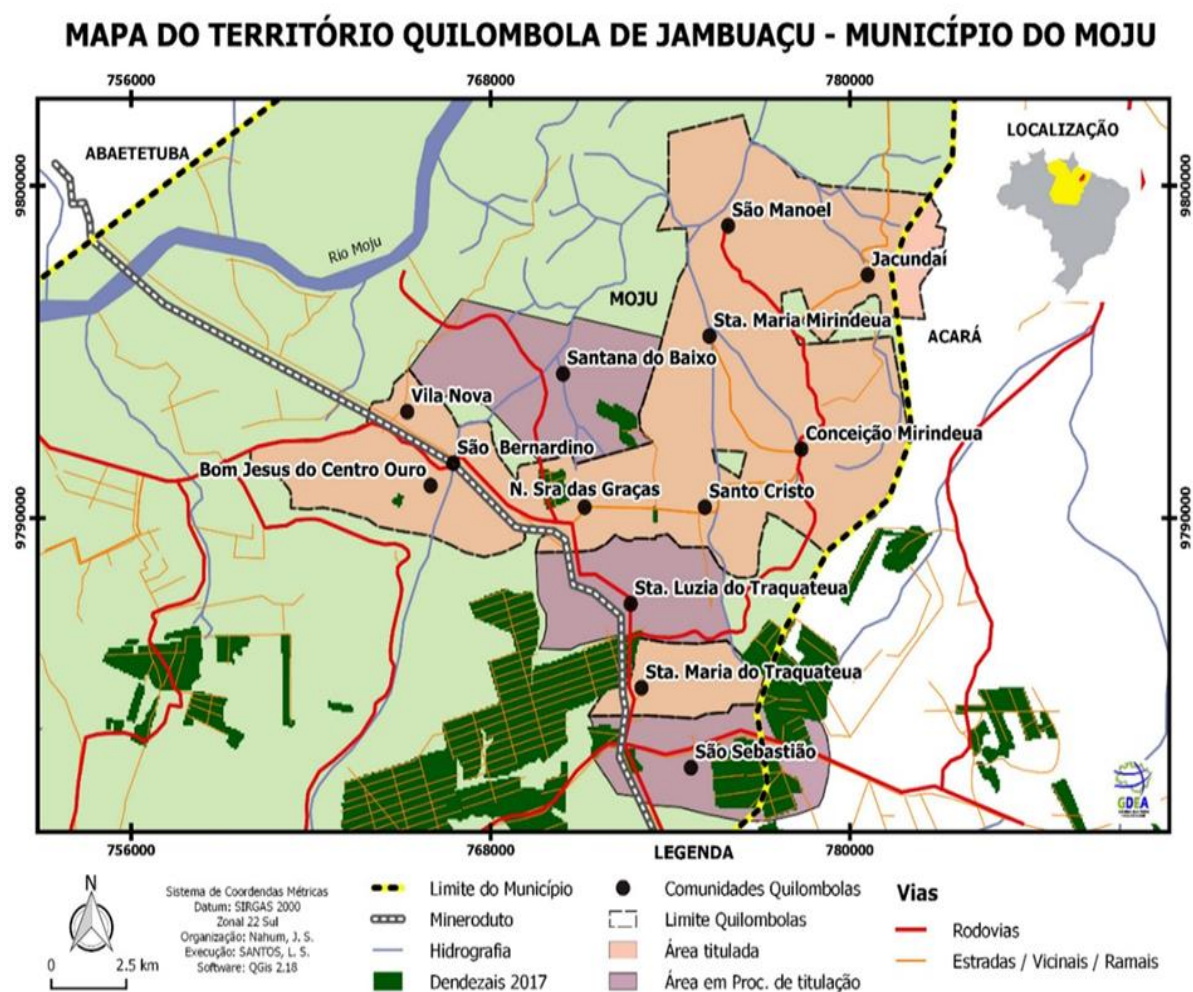
Os grupos poderosos, empresas transnacionais, fazendeiros, etc. são grupos que se beneficiam da degradação ambiental e o Estado os auxilia, eximindo assim de sofrer as consequências de seus atos predatórios, além de financiar a contratação de mão de obra barata, assim, sobrepondo territórios. Em Moju, as empresas, como Agropalma, Sócoco e a Marboges, contratam a mão de obra quilombola e indígenas, com isso há ameaça da reprodução social e cultural dos grupos que habitam tais territórios, pois deixam seus modos tradicionais, para serem empregados de tais empresas.

O racismo ambiental ocorre dentro dessa perspectiva onde o capital coopta as melhores porções do território para sua reprodução, onde o Estado cria infraestruturas, como estradas, usinas hidrelétricas, pontes, dotando o território de próteses, como afirma Santos e Silveira (2001), onde apenas uma pequena parcela utiliza desses benefícios, no caso as grandes empresas e grupos hegemônicos. As consequências da poluição hídrica, o desmatamento, os assassinatos de pessoas que não se rendem e lutam contra essa nova forma de opressão é sofrida pela população quilombola, indígena, ribeirinhos e os demais grupos subalternos. Uma das

formas de luta contra o racismo ambiental e um grande desafio é a educação de qualidade, pautada na justiça, no bem viver e na crítica a esse modelo predador.

## OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

O Território Estadual Quilombola - TEQ Oxossi da Ribeira do Jambuaçu, localizado no município de Moju, nordeste do estado Pará foi criado através da Portaria nº 01318, de 11 de junho de 2010 do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), com a previsão de assentamento para 62 famílias. A comunidade é regida pela Associação Quilombola Oxóssi, que 2023, a partir da Lei nº 016/2023 a Câmara Municipal de Moju a considera uma associação de utilidade pública. Abaixo o mapa de localização da comunidade.



Fonte: Nova Cartografia Social (2006)

O território possui uma escola por nome Escola Municipal de Ensino Fundamental São Sebastião de Oxóssi da Ribeira que atende pela manhã o Ensino Fundamental anos iniciais, a tarde o Fundamental, anos finais, e a noite, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Ensino Médio, sendo que nessa modalidade a escola funciona como um anexo da Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Ernestina Pereira Maia, localizada na sede do município. A base econômica da comunidade em questão, é a produção da farinha para consumo e comercialização, castanha do Pará, pupunha e açaí, além da agricultura de subsistência e a criação de animais como aves e gado.

A Educação escolar Quilombola ainda carece de mais investimentos e formações específicas e formação continuada para atuarem es escolas de territórios quilombolas, com poucas articulações entre os docentes e com práticas diferenciadas, levando em consideração as causas da comunidade. Além disso, é necessária uma educação cuja valorização esteja ancorada com o território que o educando está, pois, o preconceito não é apenas étnico-racial, mas sim com o lugar de origem. É necessário ter a percepção que ser professor quilombola é uma construção, com tensões e conflitos identitários segundo Salles, Silva (2020).

Os trabalhos de campo ocorreram entre os meses de setembro e novembro do ano de 2024, na oportunidade estavam em processo de finalização do ano letivo e com atividades referentes a culminância para o dia da Consciência Negra, 20 de novembro. Durante as visitas de campo, foi observado o cotidiano da comunidade, sendo que a estadia ocorreu na casa de dos próprios moradores que acolhem pesquisadores, professores e interessados em conhecer a comunidade. O que facilitou foi a relação de proximidade com os professores da comunidade de intermediaram e facilitaram a aproximação entre os pesquisadores e a comunidade participante da pesquisa.

As aulas foram acompanhadas mediante a autorização dos professores, no entanto, a curiosidade dos alunos era grande, com isso, demonstraram grande interesse em saber do que se tratava. Mas ao mesmo tempo, a preocupação era não influenciar diretamente nas aulas e nem tirar o foco dos alunos. Diante disso, Oliveira (2008), adverte que toda intervenção é percebida pela comunidade, pois o pesquisador não é neutro e é um componente estranho para a comunidade, no entanto, sua presença pode ser benéfica. As entrevistas com os professores procuravam saber sobre as práticas educacionais diante a Educação escolar Quilombola, das quatro entrevistas, duas foram utilizadas com respostas consideradas mais relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Os professores entrevistados para essa pesquisa, não são da comunidade, o Professor A é proveniente do município de Santarém, Baixo Amazonas, estado Pará, e a Professora B, é da capital do estado, Belém-PA. Pelo fato de não serem da comunidade, isso gera tensão entre os professores e a comunidade escolar, pois os mesmos exigem que os professores sejam oriundos dos territórios quilombolas e da própria comunidade, no entanto, os professores são efetivos pois passaram em concurso públicos e atuam na escola há 12 anos, o Professor A e a 11 anos a Professora B, e há docentes que são contratados pela prefeitura. A grande questão, é os professores por serem de centros urbanos ou da capital possuem uma visão eurocêntrica ou urbanocêntrica, levando preconceitos e estigmas para suas práticas escolares, como afirmam os estudos de Brito, Santos, Matos (2020).

Ainda Brito, Santos, Matos (2020), explicam que para as instituições públicas, investir em transporte escolar é mais barato e vantajoso a que a construção e manutenção de escolas no meio rural, devido ao baixo índice de matrículas e o grande número de evasão escolar. A Professora B relata que a escola pertencente a Oxóssi da Ribeira, atende várias comunidades que chegam pelos transportes escolares, tanto terrestres como ônibus e vans, como também o hidroviário, a lancha escolar, que pode durar cerca de 1 hora ou mais de viagem, dependendo da maré e da embarcação, com isso, fica evidente as dificuldades dos alunos de chegarem até a escola, tendo que acordar mais cedo esperar o transporte escolar e ir para a escola, em alguns casos sem uma alimentação adequada, para volta de sua casa, o processo se repete, verifica-se ainda a importância da merenda escolar de qualidade, que supra as carências nutricionais de crianças e adolescentes.

A luta pela permanência da escola no quilombo é uma subversão as políticas neoliberais para a educação que possui características etnocêntricas. Portanto, a escola no quilombo ainda é um reflexo das lutas dos movimentos sociais.

Ainda que as demandas e as conquistas alcançadas pelos movimentos sociais não se restrinjam ao campo da educação, o certo é que elas chegam à escola e, invariavelmente, trazem implicações para o currículo. É sabido, também, que todas as escolas sofrem, direta ou indiretamente, interferências político-pedagógicas decorrentes das políticas públicas resultantes, principalmente, da pressão dos movimentos sociais de caráter identitário (indígenas, negros, quilombolas, LGBT, povos do campo, dentre outros). No entanto precisamos também reconhecer que a trajetória histórica da educação rural no Brasil é fortemente marcada pela subordinação do campo à lógica urbana, eurocêntrica, branca, burguesa (Brito; Santos; Matos, 2020, p.431).

Os professores entrevistados afirmam que há conflitos e resistências entre os moradores da comunidade com os professores que atuam na escola, por serem de outras localidades. Embora os professores, em entrevistas afirmem que se convivem de forma harmoniosa com a comunidade, há conflitos relacionados por serem de centros urbanos, com isso, dizem que não são quilombolas e não conhecem as lutas e não possuem a identidade quilombola. Além disso, a comunidade prefere os alunos de outras comunidades que ainda não são reconhecidas como, ou de outras localidades não necessariamente quilombolas, assim também como expõe o outro professor, há resistência com os professores e com quem não do quilombo.

O professor A expõe as influências da globalização dentro do território, assim como a chegada de igrejas pentecostais e neopentecostais, que influencia na cultura e nos costumes:

A comunidade sofre com a chegada de igrejas evangélicas pentecostais que demonizam a religiosidade e a festividade afro, sendo diversas denominações, onde a comunidade católica é a minoria. [...] percebo a influência externa devido as mídias sociais, a TV, mudando determinados costumes da comunidade sofre as influências da globalização (Professor A, campo em janeiro de 2025).

Com isso, percebe-se que mesmo em comunidades quilombolas, persiste o racismo religioso quando chegam as igrejas que “[...]envolve ofensas ao grupo religioso atacado, desmoralização de suas divindades e símbolos religiosos, destruição de templos e de objetos ritualísticos, perseguição, agressão física e morte” (Marinho, 2022, p. 495). Além disso, a religiosidade é símbolo de resistência e está vinculada a ancestralidade do povo, onde, deve-se levar em conta que o Brasil é um país laico, portanto, cada cidadão é livre para cultivar e realizar os seus diversos rituais sem sofrer qualquer tipo de violência. A Educação Quilombola, tem o dever de fomentar ações e práticas que valorizem a religiosidade e o respeito a diversidade religiosa como aponta o Art. 7º da Resolução nº 8 de novembro de 2012 sobre a Educação Escolar Quilombola.

Outro aspecto importante é o saber da comunidade sobre a natureza, em trabalho de campo, foi observado com os alunos do 6º ano aulas ao ar livre, onde percorreram ao redor da escola, quintais das casas, onde a vegetação, ervas medicinais, cursos de águas próximos eram visitados pelos estudantes e os professores. Tal prática é importante pois valoriza o lugar em que os alunos residem, se tornando uma educação a partir das vivências, da percepção da paisagem, do território e das identidades com os conteúdos estabelecidos e os elementos culturais, simbólicos das comunidades (Campo, 2023). Com isso, há a exploração das relações

do espaço vivido, devendo representar os lugares, a paisagem e o território que constitui a comunidade.

Quilombo é ligado à valorização da identidade quilombola, a ancestralidade, vínculo com a terra, a coletividade acima da individualidade. Portanto, a escola quilombola, possui a função do reconhecimento da identidade daquele povo, construído pela cultura, resistência e ancestralidade como aponta Campos (2023). Os professores narram sobre suas práticas educacionais para a valorização da identidade quilombola, a partir de duas vertentes, uma voltada para a cultura, o Professor A, e outra para as questões políticas e econômicas da comunidade, o Professor B. A vertente cultural, a partir de projetos envolvendo a dança, religiosidade e os demais aspectos relevantes para a comunidade, já o outro professor, através das narrativas da luta de classe, opressão do povo negro dentro do território do Jambuaçu, a partir dos conflitos que o quilombo enfrenta desde os anos 1980.

A vertente cultural, se ancora na resolução, citada anteriormente, nos incisos III e IV que remete ao respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira e a proteção das manifestações culturais afro-brasileira, respectivamente, os professores trabalham a partir de projetos, cuja culminância ocorre em datas específicas como as festas religiosas, como a festividade do Divino Espírito Santos e de São Sebastião, padroeiro da comunidade ou na semana da consciência negra, no mês de novembro. No entanto, acredita-se que pode ser realizadas ações de forma crítica sobre as questões relacionadas a construção histórica e cultural, não se restringindo a projetos educacionais, embora reconheça a importância dos projetos, mas como afirma Silva “Não se trata de simplesmente de celebrar a diferença e a diversidade, mas questioná-las” (Silva, 2022, p. 102).

A professora B, tem uma visão crítica sobre os conflitos socioambientais no Território Quilombola do Jambuaçu, e a partir de suas práticas em sala de aula mostra a importância de se conhecer a história local, bem como a luta pela resistência e pela preservação do território, da terra, pois a terra é material e imaterial, possui uma carga simbólica, pois a territorialidade negra é o sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade, seus modos de vida, seus direitos territoriais garantidos, mantendo seus traços culturais (Malcher, 2017). Como pode-se observar no relato abaixo.

Na década de 1990, queria implementar a plantação de dendê no território, tomar a terra dos quilombolas, muitas pessoas foram mortas, não sendo muito documentado, nem muito falado, mas tivemos mártires lá também da terra. E aí, as pessoas lutaram, contra o capital, contra monocultura, e aí a gente tem esse histórico que muitas vezes ficam apagadas, mas tento trazer essa história

do protagonismo do camponês quilombola, para que as pessoas se auto valorizem, que haja o orgulho das lutas e possa entender que é uma tradição, e essa tradição não seja perdida, diluída pelo capital, porque o capital tenta todo tempo cooptar as lideranças ali, para fazer essas lideranças ficarem pro lado deles e depois diminuir as lutas, as forças das lutas. Em todo os lugares o capital faz isso, sobretudo quando está relacionado com os grandes projetos daqui da Amazônia. Aí eu trago muitas dessas questões de forma lúdica, brincando, contando uma história, uma comparação, eles acham graça, aí mando eles fazerem as atividades em grupo. (Professora B, trabalho de campo em novembro de 2024).

A luta pela terra, o protagonismo negro, que são fundamentos da educação antirracista e fundamento da educação quilombola é contemplado com a fala da Professora B, onde demonstra o conhecimento da formação territorial do quilombo, os conflitos e leva para a sala de aula a realidade de resistência. Com isso, a escola não é apenas um local de reprodução de conhecimento urbanocêntrico, mas sim, um local de formulação de práticas educativas que fomentam e valorizam a identidade negra, suas lutas e principalmente, suas conquistas, além de criar uma visão positiva de ser quilombola. A conquista da terra deve ser entendida como o meio mais importante para a reprodução da vida, criando as relações materiais e construindo as identidades (Malcher, 2017).

Ainda sobre as práticas educativas os professores relatam que suas aulas são expositivas, realizando diálogo sobre a realidade, tentando fugir da aula tradicional, onde apenas o professor fala, detendo o conhecimento e os alunos meros espectadores. A Educação Quilombola possui como características práticas que pensam a diversidade de pensamento de expressão como afirma Lima (2022).

As minhas aulas são expositivas e dialogada, imagens, figuras, cartazes. Peço para os alunos representem por desenhos e textos o território, as lutas de vida, trabalho com a proletarização da Amazônia, realidade das condições de trabalho, como a empresa Vale atua no território, a MARBORGES, Agropalma, onde pois, parentes dos alunos trabalham nessas empresas, Ymeres. Faço relação com quem trabalha no campesinato, o trabalho camponês dando exemplos da realidade, onde a pessoa trabalha de acordo com a necessidade de um trabalhador assalariado, mudando a rotina dos trabalhadores que precisam seguir o tempo do capital, exemplifico que quando tá chovendo, eles precisam sair e ir trabalhar, se fosse por conta própria, na sua roça, eles não precisariam sair e se expor aos perigos. (Professora B, trabalho de campo em janeiro de 2024).

A proletarização do trabalho, expressa pela Professora B, segundo Souza e Macedo (2020), pode ser entendido como forma de resistência e de forma de sobrevivência da família e a posse da terra. Além disso, garante o incremento da economia do núcleo familiar que não

dependem apenas do roçado, da pesca ou de outras atividades extrativistas. No entanto, acredita-se que a Professora B se referisse a perda da autonomia do camponês dentro da produção, onde o tempo estabelecido é o da produção capitalista, a partir da demanda do mercado, ou seja, é utilizado o tempo do capital, não o tempo da natureza para se trabalhar.

A Educação Escolar Quilombola é um instrumento de resistência, de valorização do povo negro, criando uma imagem positiva do negro, pois como afirma Lima (2022), os povos africanos e asiáticos foram caracterizados como animais, associado a inferioridade cultural e intelectual, já que os valores e os padrões são majoritariamente brancos e eurocêntricos, tudo isso influencia na mentalidade de ser negro. Com isso, percebe-se o abandono dos estudantes negros e quilombolas das escolas, pois “não dão certo nos estudos”, para isso atribuem a teoria da deficiência cultural, social, linguística, entre outras, no entanto, como afirma Soares (2021), o maior problema são as desigualdades sociais, a exploração capitalistas que incide sobre as famílias, fazendo que muitos deixem a escola para trabalhar, assim como, a escola é um instrumento de exclusão quando não leva em consideração a vivência do aluno em suas práticas pedagógicas.

Segundo os dados do Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2023 do Município de Moju, as matrículas do Ensino Fundamental eram de 14.523 e caem para 3.654 no Ensino Médio, porém, não há especificidades das origens dos alunos, mas é preocupante essa queda, e provavelmente o grande número dessa desistência sejam de alunos do espaço rural, como ribeirinhos, quilombolas, de comunidades agrícolas, são necessárias pesquisas que comprovem ou não essa ideia aqui esboçada. Contudo, ainda sobre os dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que Moju possui uma população 70. 018 habitantes, distribuídos em 25.162 na zona urbana (35,9%) e 44.856 (64,1%) na zona rural, a população em sua maioria é do espaço agrário, por esse motivo, acredita-se o grande abandono da escola esteja nessa parcela da população, englobando a população quilombola, ribeirinha, camponesa, etc.

É necessário pensar uma educação que busque a realidade dos alunos, que os envolva como protagonistas do processo educativo, não meros expectadores. Para isso, é urgente os professores buscarem uma construção coletiva dentro de toda comunidade, primeiramente uma educação antirracista, que fuja do padrão eurocêntrico e urbanocêntrico, com isso havendo a superação do racismo, uma educação voltada para o multiculturalismo, com práticas pedagógicas que pensem na diversidade. Consequentemente, busca-se uma educação que construa uma imagem positiva para os alunos quilombolas, valorizando suas lutas, resistências,

saberes e práticas ancestrais passadas pela oralidade, pelo trabalho dentro da comunidade, nos festejos, no convívio dos mais novos com os mais velhos (Lima, 2022).

Acredita-se que a Educação Escolar Quilombola deve estar vinculada a realidade da comunidade, como já foi dito anteriormente, evitando assim a evasão escolar. Embora seja uma obra de ficção, o livro *Torto Arado* de Itamar Vieira Junior, narra a história de duas irmãs e de sua família que são trabalhadores rurais e descendentes de negros escravizados e do processo educativo de uma das irmãs:

Não aprendi uma linha do Hino Nacional, não me serviria, porque eu mesma não posso cantar. Muitas crianças também não aprenderam, pude perceber, estavam com a cabeça na comida ou na diversão que estavam perdendo na beira do rio, para ouvir aquelas histórias fantasiosas e enfadonhas sobre os heróis bandeirantes, depois os militares, as heranças dos portugueses e outros assuntos que não diziam muita coisa.

Meu desinteresse só fazia crescer. Tinha a sensação de que perdia meu tempo naquela sala quente, ouvindo aquela senhora de mãos finas e sem calos, com um perfume forte que parecia que ia incinerar a escola nos dias de calor. Olhava para o quadro verde, as letras embaralhadas, bonitas, mas que formavam palavras e frases difíceis que não entravam na minha cabeça, e pensava no meu pai na várzea encontrando coisa nova na terra para qual se dedicar, ou minha mãe cuidando do quintal, dos bicos e costurando (Vieira Júnior, 2018, p. 97-98).

Ressalta-se que é uma obra literária, mas que expressa e exemplifica a necessidade de práticas educativas que levem em conta o contexto em que a escola está inserida. No trecho acima, percebe-se que o contexto é uma escola na zona rural, no livro, é revelado que a maioria dos personagens são negros que trabalham em um latifúndio no interior da Bahia. Logo, a educação dada a essa população é extremamente tradicional, com a narrativa colonial e com assuntos distantes dos alunos, por esse motivo o desinteresse da personagem e o seu abandono escolar, narrado mais à frente na obra. Por essa razão, o desafio maior da educação quilombola na comunidade Oxóssi da Ribeira em Jambuaçu, é realizar uma educação que leve em consideração a luta pela terra e pelo território, com a formação de cidadãos com orgulho de suas ancestralidades e com força e vigor para lutar contra os desmandos do Estado e do capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Escola Quilombola surge com as reivindicações do Movimento Negro. A luta por educação de qualidade, antirracista, que denunciasse e combatesse o racismo que a população negra sofre. Além disso, buscava-se o protagonismo do povo negro, uma visão

positiva de sua imagem, bem como, sua contribuição para a formação da sociedade brasileira, a partir da cultural, da linguagem, da economia e da sociedade, revelando como um povo ativo, não meros agentes passivos que aceitaram a opressão sem lutas. Portanto, é uma educação contra hegemônica, valorativa e com respeito a ancestralidade.

O território, a terra, são fundamentais para a população quilombola, que desde a Lei de Terras de 1850 fora alijada do processo de aquisição de terra. A terra possui valor de uso para as populações quilombolas. Logo, o território e a terra, dispõem de uma dimensão cultural e simbólica além da dimensão material, onde realizam a produção para a sua sobrevivência e sua reprodução material, social e cultural. Onde detém um intenso conhecimento sobre o território, sobre o ecossistema e a natureza através das vivências e experiências que são repassadas através de rituais, pela oralidade, pela convivência entre os mais novos e mais velhos.

A presença negra na região amazônica, ocorre a partir do século XVIII, com a política Pombalina e tinha o objetivo de instalar essa mão de obra na monocultura que se instalavam ao longo dos rios da região, muitos ficavam nos centros urbanos para serem escravos de ganho, o que realizaram muitos trabalhos arquitetônicos e obras de saneamento na capital paraense. Os quilombos da região estavam próximos aos rios, as vezes associados com aldeias indígenas, com isso, formavam um território com uma população diversa, que assim como os negros, estavam buscando abrigos contra a opressão e péssimas condições de vida, no caso dos brancos pobres e libertos, que não tinham lugar na sociedade colonial escravista.

Os quilombos surgem como a luta pela opressão, luta pela conquista de direitos que sempre foi negado ao povo negro, que foram trasladados, capturados e objetificados, destituídos de humanidade. Podendo ser interpretado como luta de classes, e também enquanto sinônimo de liberdade, o quilombo é o símbolo da luta antirracista, do protagonismo negro, memória, cuja dimensão vai além da materialidade. Acredita-se que o quilombo é a expressão da força da luta, que ainda hoje buscam melhores condições de vida para a população negra, respeito e a constituição de cidadãos plenos.

Ainda no século XXI, embora com leis que realizem a titulação, demarcação de Territórios Quilombolas, os quilombos ainda sofrem com as pressões externas, do capital e do Estado com projetos que vão na contramão da conservação ambiental, que prejudicam o modo de vida tradicional e expropriem terras de quilombolas, como ocorro em Jambuaçu com os projetos agroindustriais, onde se pensa a Amazônia como produtora de *commodities*, instituindo assim o racismo ambiental, com os lucros para os agentes externos e o prejuízo para as populações locais. No entanto, lideranças associações e sindicatos lutam contra essa

expropriação, resistem e conseguem através da luta a manutenção do território e de seus modos de vida.

A Educação Escolar Quilombola, na comunidade Oxóssi da Ribeira, em Jambuaçu, em Moju, é caracterizada pelo apelo a cultura local, com práticas de valorização cultural, da constituição da identidade da comunidade, bem como, a valorização da luta pelo território, a partir do resgate histórico realizado pelos professores. Com isso, fica evidente a importância e os desafios da educação quilombola, pois é um instrumento de luta, de manutenção do território, enaltecimento da ancestralidade. Portanto, uma educação que conteste as bases eurocêntricas e urbanocêntricas que pairam nas práticas educativas tradicionais, dessa forma, pensar um Projeto Pedagógico com que evolva toda a comunidade, um currículo escolar pensado para a diversidade, para a emancipação, com a visão para o futuro, sem jamais esquecer a ancestralidade.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Antônio Evaldo Almeida; BARBOSA, Viviane de Oliveira; NERIS, Wheriston Silva. Escola da Terra: epistemologia, educação e política do campo e do quilombo. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 20, n. 11, p. 4987-5024. 2023. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2122> Acesso em: 18 out. 2024.

BRITO, Eliana Povoas Pereira Estrela; SANTOS, Amilton; MATOS, Michelle. Pode um currículo aquilombar-se? **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 176, p. 429-443, abr/jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/pM5wqSrM6zvPLPP9JwMnhvQ/?lang=pt> Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 21 nov. 2012.

BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003** - altera a lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Lei Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/informacoes-quilombolas/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 dez. 2023.

CAMPOS, Laís O Ensino de Geografia Está em Todos os Lugares: práticas geográficas na Escola Quilombola. *In*: COUTO, Aiala Colares Oliveira; MENDES, Luiz Augusto Soares. (org.). **Geografia Pretas: resistências e existências no Brasil Contemporâneo**. Belém: GAPTA, 2023. p. 136-152.

COUTO, Aiala Colares Oliveira. A Questão Racial na Geografia Escolar Crítica: caminhos para uma educação antirracista. *In*: COUTO, Aiala Colares Oliveira; MENDES, Luiz Augusto Soares. (org.). **Geografias Pretas: resistências e existências no Brasil Contemporâneo**. Belém: GAPTA, 2023. p. 113-135.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.  
HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; CARDOSO, Maria Barbara Costa. Educação do Campo na Amazônia: interfaces com a Educação Quilombola. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 425-438, jul/dez. 2013. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/316> Acesso em: 04 jan. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> Acesso em 10 jan. 2025.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_basica\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2023.pdf) Acesso em 10 jan. 2025.

LIMA, Analice Almeida. A Lei 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e a educação antirracista: ideias de um grupo de docentes de química. **Ensino & Multidisciplinaridade**, São Luís (MA), v. 8, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ens-multidisciplinaridade/article/view/18720> Acesso em: 15 out. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma História Feita Por Mãos Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MALCHER, Maria Albanize Farias. **O Olhar Geográfico: a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município São Miguel do Guamá, Pará**. 2017. 191 p. Tese de doutorado — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Educação Quilombola em Territórios Cobiçados. *In:* COUTO, A. C. O.; MENDES, L. A. (org.). **Geografias Pretas: resistências e existências no Brasil Contemporâneo**. Belém: GAPTA, 2023b. p. 95-112.

MARINHO, Paula Márcia Castro. Intolerância Religiosa, Racismo Epistêmico e as Marcas da Opressão Cultural, Intelectual e Social. **Revista Sociedade e Estado**, v. 37, n. 2, p. 489-510, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/7nwNP6t5HpR4YhyWL64hbFp/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MONTEZUMA, Rita de Cássia. Martins. Racismo Ambiental. *In:* COUTO, A. C. O.; MENDES, L. A. S. (Org.). **Geografias Pretas: Resistências e existências no Brasil contemporâneo**. Belém: GAPTA, 2023. p. 13-25.

OLIEVIRA, Valeria Rodrigues. **Desmitificando a pesquisa científica**. Belém: Edufpa, 2008.

SALES, Vicente. **O Negro no Pará Sob o Regime da Escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações [e] Universidade Federal do Pará. Disponível em: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2013/03/o-negro-no-parc3a1-vicente-salles-pdf.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SALLES, Sandro Guimarães.; SILVA, Halda Simões. Ser professora quilombola: em busca de uma identidade "outra". **Debates em Educação**, v. 12, n. 27, p. 427-445, maio 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9145>. Acesso em: 5 jan. 2025.

SALGADO, Mayany Soares.; SALGADO, Maria Antônia Soaes; SANTOS, Cássio Rogério Graças. Os conflitos socioambientais de usos do território no Quilombo Jambuaçu. Moju-PA. *In:* X SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E XI SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2023, São Paulo. **Anais Ocupar! Aquilombar! Retornar! A Geografia Agrária e Luta de Classes**. São Paulo: Dos Autores, 2023. p. 1214-1230.

SILVA, Marley Antônia Silva da; BARBOSA, Benedito Carlos Costa. A "cidade enegrecida": escravizados na Belém do Grão-Pará Colonial. **Revista de Estudos Brasileños**, v. 7, n. 14, p. 109-122, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7663642>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SOUSA, Rafael Benevides; MACEDO, Cátia Oliveira. Territorialidade Camponesa e Relações de Trabalho no Espaço Agrária na Amazônia Paraense. **Ciência Geográfica**, v. 14, n. 3, p. 1521-1538, 2020. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV\\_3/agb\\_xxiv\\_3\\_web/agb\\_xxiv\\_3-31.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-31.pdf). Acesso em: 28 fev. 2025.

SOUZA, Thamara Nunes.; CARDOSO, Ruth; PENICHE, Laurenir. Racismo Ambiental e a Comunidade Tradicional Moju Miri, Pará, Brasil: uma questão geográfica e cultural.

**Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-brasileiros**, v. 6, n. 15, São Luis, 2024.

Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/21396>

Acesso em: 02 jan. 2025.

TEIXEIRA, Cristina Ssimone de Sena; LIMA, Conceição Maria Dias de; SILVA, Cristiaano Cezar Gomes da. Educação escolar quilombola: percursos e desdobramentos dessa ação afirmativa. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 36, p. 789-808, 2022. Quadrimestral.

URBANO, Francisco Wagner. **Territorialização do Povo Negro na Amazônia Paraense: um estudo entre a comunidade Quilombola de Nova Jutá em Breu-Branco, PA.** 2021.

Universidade do Estado do Pará, Belém, 2021.

Submissão em: 10/04/2025.

Aprovação em: 30/01/2026.